**EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS: Entre casa e trabalho uma oportunidade a mais por meio da Educação a Distância**

 **YOUTH AND ADULT EDUCATION: Between home and work an extra opportunity through Distance Education**

 **EDUCACIÓN PARA JÓVENES Y ADULTOS: entre el hogar y el trabajo una oportunidad adicional a través de la educación a distancia**

**Autor 1**

Titulação do autor, Instituição e-mail

[Esses dados devem ser acrescentados apenas na versão final após a aprovação do texto.]

**RESUMO**

Este estudo é o resultado de uma pesquisa bibliográfica baseada em uma análise textual, cujos temas estão relacionados a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a Educação a Distância (EaD) e ao Sistema Educacional Brasileiro, fundamentados com a propostas de uma educação crítica, reflexiva e transformadora, logo emancipatória. Assim, apresentando a EJA como um processo educacional formativo e transformador. O trabalho apresenta a EJA – EaD como uma possibilidade de resgate de indivíduos que não tiveram a oportunidade de estudar no seu devido tempo e que no presente ainda possui obstáculos adicionais para concluir sua formação como, o trabalho, a família e o tempo escasso para se dedicar aos estudos. Diante desse perfil de população, as análises realizadas apontam que a Educação de Jovens e Adultos a distância é uma proposta possível para solucionar esse problema que há muitos anos impede o avanço do Sistema Educacional Brasileiro. Contudo, o primeiro passo para qualquer transformação socioeconômica e cultural é a conscientização dos envolvidos, o que neste sentido, justifica a importância deste trabalho.

Palavras-chave: Letrismo a-funcional. Inclusão Social e Digital. Tecnologias. Mundo do Trabalho.

**ABSTRACT**

This study is the result of a bibliographic research based on the analysis of texts whose themes were related to Youth and Adult Education, Distance Learning Education and the Brazilian Educational System, based on proposals of a critical, reflective and transformative education, therefore emancipatory. As a result, Youth and Adult Education is presented as a formative and transformative educational process. This paper presents Distance Education for Young and Adult Ages as a possibility of rescuing an individual who had not had the opportunity to study in due course and people who, in the present, still have additional obstacles to complete their educational formation, such as work, family and the scarce time to dedicate to studies. In the face of this population profile, the fulfilled analyzes indicate that Distance Education for Young and Adult Ages it is a possible proposal to solve the long term problem, which, on years, blocks the development of Brazilian Educational System. However, the first step for any socioeconomic and cultural transformation is the awareness of those involved, which, in this sense, justifies the importance of this work.

Keywords: Functional Lyricism. Social and Digital Inclusion. Technologies. World of Work.

 **RESUMEN**

Este estudio es el resultado de una investigación bibliográfica basada en un análisis textual, cuyos temas están relacionados con la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA), Educación a Distancia (EaD) y el Sistema Educativo Brasileño, basado en las propuestas de una educación crítica. , reflexivo y transformador, por lo tanto emancipatorio. Por lo tanto, presentar EJA como un proceso educativo formativo y transformador. El trabajo presenta el EJA - EaD como una posibilidad de rescatar a personas que no tuvieron la oportunidad de estudiar a su debido tiempo y que en la actualidad todavía tienen obstáculos adicionales para completar su capacitación, como trabajo, familia y poco tiempo para estudiar. dedicarse a los estudios Dado este perfil de población, los análisis indican que la educación a distancia para jóvenes y adultos es una posible propuesta para resolver este problema que ha impedido el avance del Sistema Educativo Brasileño durante muchos años. Sin embargo, el primer paso para cualquier transformación socioeconómica y cultural es la conciencia de los involucrados, lo que en este sentido justifica la importancia de este trabajo.

Palabras clave: Lirismo no funcional. Inclusión social y digital. Tecnologías Mundo del trabajo.

**1 INTRODUÇÃO**

 Atualmente, a educação no Brasil tem sido alvo de estudos e pesquisas, visando seu aperfeiçoamento e a correção de problemas já detectados na formação das crianças, adolescentes e adultos. Essas dificuldades, entretanto, não são recentes e fazem parte de um processo mais complexo que permitiu que perdurasse uma formação deficiente, refletida em jovens e adultos com pouco ou nenhum preparo para as tarefas do cotidiano. Há alguns anos, veio à tona o conceito do analfabetismo funcional, que está um pouco além do analfabetismo absoluto, mas que se generaliza em milhares de cidadãos com pouca ou nenhuma instrução, com dificuldade para leitura e compressão de texto e até para se expressar no convívio profissional e social. Silva (2004) utiliza-se do conceito de letrismo a-funcional, porque compreende que os termos “analfabeto”, “analfabetismo” e “analfabetismo funcional” precisam fazer parte do passado da educação no Brasil, pois mostram-se preconceituosos e insuficientes como conceitos no fenômeno do aprendizado e ou não aprendizado da leitura e da escrita da língua materna, uma vez que retira do sujeito toda a sua responsabilidade sobre a sua situação - pois nada se fala sobre o que o sujeito faz do contexto que lhe cerca, salienta as falhas de competências apresentadas por uma pessoa dentro das suas capacidades de utilizar-se da letra e, porque “analfabeto” indica um modo pejorativo de referir-se a pessoas que não dominam a leitura e a escrita.

Ao utilizar-se dos estudos de J. Biarnés (1996 e 1999), Silva sinaliza que todos possuem uma relação com a letra, com a escrita. Assim, o conceito de letrismo a-funcional permite compreender o lugar da escrita dentro da relação homem e realidade, principalmente quando se está no campo da educação de crianças, jovens e adultos em situação de pouca ou nenhuma escolarização no Brasil.

A construção de “letrismo a-funcional” é de grande importância, isto porque, segundo tal conceito, ninguém está totalmente fora da letra ou dentro da letra, procura, portanto, compreender “a” ou “as” funcionalidade(s) que construímos em nossa relação com a letra. Funcionalidades externas que implicam em comunicação com os outros; e funcionalidades internas, na economia psíquica do sujeito. (SILVA, 2004, P. 45).

A escola não pode ser responsabilizada pela formação deficiente de um adulto que abandonou os estudos por precisar garantir o sustento de sua família, mas é um dever social oferecer a esse indivíduo a possibilidade de recuperar o tempo perdido, através de cursos de formação que lhe permitam apreender tardiamente o que não o foi no tempo adequado. A Educação de Jovens e Adultos teve início dentro desse cenário, apesar de não ser um conceito novo na Educação brasileira. As iniciativas governamentais, que tiveram início em meados do século XX, não conseguiram ainda atender à demanda, mesmo quando baseadas em estudos técnicos especializados e em iniciativas arrojadas, como as propostas por Paulo Freire nas décadas de 1950 e 1960.

Contudo, em 2005, por uma decisão governamental, com o objetivo de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual em geral são excluídos, bem como, em muitas situações o próprio ensino médio, considerando que tais contingentes populacionais que por razões diversas não realizaram suas respectivas formações e escolarização no tempo certo, seja por evasão, retenções, dentre outros motivos que têm sido apontados pelos estudiosos como principais causas do baixo nível de educação formal, média brasileira é de 7,8 anos, nível ao qual nem chega a ter acesso, foi criado por meio do *Decreto 5.478/2005* o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.

Com a *Resolução CNE/CBE Nº 1 de 5 de Julho de 2000*, estabeleceu-se as diretrizes para a avaliação e certificação de jovens e adultos em situação de cursos semipresenciais ou a distância. Inaugurou-se com isso, a oferta de EJA por meio da Educação a Distância. Num mundo cada vez mais exigente quanto à produtividade e à capacitação para o trabalho, a formação escolar torna-se uma necessidade para reduzir as desigualdades sociais e abrir novas oportunidades para jovens e adultos que não conseguiram o aproveitamento adequado no período escolar, qualquer que seja o motivo. Diante disso, este trabalho pretende analisar a importância da EJA por meio da Educação a Distância para o resgate da cidadania de uma parcela da população que não teve oportunidade de estudar no devido tempo, visto que faz parte dos hábitos da população em foco o uso dos aparelhos móveis, para o entretenimento quando do deslocamento de casa para o trabalho e no retorno, oportunidade e tempo este que poderia ser utilizada para o acesso as diversas oportunidade de ofertas de cursos on-line, inclusive EJA.

**2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Há algumas décadas, a crescente utilização da tecnologia no mundo do trabalho e no cotidiano da sociedade tem exigido da população cada vez mais conhecimento e preparo para a convivência e para a inserção social. Sob o ponto de vista humano, a absorção e a compreensão do grande volume de informações disponibilizadas diariamente pela mídia são fundamentais para que o cidadão possa exercer seu papel político e social com consciência e com sabedoria. O exercício da cidadania exige conhecimento, participação nos fatos e nos acontecimentos que ocorrem em âmbito mundial e que podem, de uma forma ou de outra, influenciar a vida em sociedade.

No campo profissional, atividades que até recentemente eram oferecidas às pessoas menos qualificadas e tituladas formalmente, agora exigem dos candidatos conhecimentos e habilidades mais específicas. Somente a título de exemplo, cargos como porteiros, serventes de pedreiro, office-boys, dentre outros, hoje possuem como pré-requisito pelo menos, o Ensino Fundamental completo, já que mesmo esses profissionais terão que lidar com programas de qualidade e de prevenção de acidentes, manuseio de máquinas e equipamentos eletrônicos, preenchimento de formulários, dentre outras tarefas e rotinas funcionais. Em nosso país, utilizando-nos do conceito de “letrismo a-funcional”, este sofreu um decréscimo acentuado no século XX, passando de 85,3% da população em 1900, para 13,6% em 2000. Essa redução tem permeado ao longo dos anos, chegando em 7% da população com 15 ou mais anos de idade no Brasil em 2017 (IBGE, 2017). Apresentamos na Figura 1, a taxa de letrismo a-funcional no Brasil, por região.



Figura 1 - Taxa de letrismo a-funcional da população de 15 anos ou mais

Fonte: IBGE, 2017

De acordo com o Instituto Paulo Montenegro, que realiza periodicamente um estudo específico sobre o letrismo a-funcional no Brasil, a proporção de brasileiros entre 15 e 64 anos com, no máximo, os 4 ou 5 primeiros anos do Ensino Fundamental passou de 40% em 2001-2002 para 21% em 2018, enquanto aqueles que ingressaram ou concluíram o Ensino Médio ampliou-se de 24% para 40%. No mesmo período, passa de 8% para 17% a proporção dos que chegam, concluem ou superam o Ensino Superior (IPM, 2018). A relação entre o letrismo a-funcional e a desigualdade social pode ser verificada pelos demais dados levantados pelo Índice Nacional de Analfabetismo Funcional (INAF). De acordo com a pesquisa realizada em 2005, 81% dos indivíduos com letrismo a-funcional pertencem às classes D e E, destes 41% encontra-se desempregada. Outros dados também são relevantes: 66% se declaram "negros" e 22% não chegaram a completar um ano de estudo. O INAF ainda aponta que 53% da população entre 14 e 64 anos não conseguiu completar a 8ª série, atual nono ano, nível escolar mínimo garantido como direito pela Constituição Federal (GARCIA, 2005, pág. 8).

Atualmente, essa realidade não é diferente. Os dados expostos pelo “Mapa do letrismo a-funcional”, apresenta que as taxas de letrismo a-funcional estão diretamente relacionadas à renda familiar. Nos domicílios que possuem renda superior a 10 salários mínimos, o índice é de apenas 1,4%, enquanto nas famílias que possuem renda inferior a um salário mínimo o índice alcança 29% (INEP, 2019). As desigualdades regionais, que de certa forma refletem a desigualdade social e econômica do país, também podem ser observadas pelos índices de letrismo a-funcional levantados pelo IBGE (2017). Em 2017, as Regiões Nordeste e Norte apresentaram as taxas de letrismo a-funcional mais elevadas, 8% e 14,5%, respectivamente, para pessoas com 15 anos ou mais de idade, frente a taxa de 3,5% nas Regiões Sudeste e Sul e a taxa de 5,2% na Região Centro-Oeste (IBGE, 2018).

**3 A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO PAÍS**

Tradicionalmente, quando se fala em educação o senso comum remete à educação de crianças e adolescentes, fase em que esse processo é característico. A idade adulta foi e ainda tem sido concebida como um período de estabilidade e ausência de mudanças, daí a escolarização, nesta faixa etária, ser vista como algo secundário, já que o adulto é compreendido apenas como força de trabalho. Entretanto, esse adulto que é a força produtiva, tem participação efetiva no meio social e nas relações interpessoais, trazendo consigo uma complexa história de experiências, conhecimentos e reflexões sobre o mundo real (NATH, 2004, p. 10).

Os obstáculos encontrados para a escolarização da população acima dos 15 anos são, portanto, de diversas naturezas, mais principalmente às percepções equivocadas relacionadas a formação dos professores da EJA e sobre o público alvo de tais políticas educacionais, conforme aponta Rodrigues e Vitoreti (2014, p. 265),

[...] o professor, para atuar na EJA (E no Proeja) não precisaria de um elevado nível de formação, haja vista que, por tratar-se de um público que passou muitos anos fora da escola (que a ela não teve acesso, ou entrou e saiu da escola, ou dela foi excluído), proveniente das camadas populares, da classe trabalhadora, com algumas pessoas com dificuldades de aprendizagem, esse profissional poderia ter apenas a graduação ou especialização, já que, em função dessa clientela, se teria de abaixar o nível de exigência tanto no trabalho pedagógico, como na aprendizagem dos conteúdos, na formação científica e pedagógica etc. Essa concepção é equivocada, pois esses alunos demandam um professor de excelência, que exerça à docência comprometido com a classe trabalhadora, que tenha, entre outros aspectos, a preocupação em adequar sua prática aos sujeitos com os quais atua, em articular os saberes cotidianos dos educandos aos conhecimentos técnico-científicos, o que torna esses esforços ainda mais complexos e específicos.

Tais concepções equivocadas podem ser explicadas, pois até o início do Período Republicano, a Educação de Jovens e Adultos restringia-se ao ensino profissionalizante, oferecido em classes noturnas e ministrados por professores sem qualquer preparo específico para atender esse público. Apesar de, em 1916, Olavo Bilac ter alertado para o problema do letrismo a-funcional no país, que à época atingia 70% da população, somente a partir da década de 1930 é que começaram os esforços no sentido de criar políticas públicas dirigidas para sua redução, motivadas principalmente pelo início da industrialização e pela necessidade de formação de mão-de-obra mais qualificada. A Constituição de 1934 incluiu pela primeira vez a educação de adultos como dever do Estado, estendendo a estes o ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória (LOPES e SOUSA, 2005, p. 75).

As primeiras campanhas de alfabetização de jovens e adultos, desencadeadas nas décadas de 1940 e 1950, não obtiveram os resultados esperados, principalmente em função da inadequação das metodologias utilizadas e dos curtos períodos dedicados a esse tipo de ensino (alfabetização em 3 meses, seguida do ensino primário ministrado em dois períodos de 7 meses). Mesmo assim, os movimentos de entidades internacionais como a UNESCO tiveram influência positiva, consolidando a alfabetização de adultos como uma questão nacional (LOPES e SOUSA, 2005, p. 76). No início da década de 1960, Paulo Freire introduziu novos paradigmas na EJA, valorizando a cultura local e desenvolvendo um método revolucionário de alfabetização, principalmente voltado para as comunidades rurais. O método de Paulo Freire teve repercussão internacional e deu origem ao Plano Nacional de Alfabetização, aprovado em 1964, e apoiado por diversas entidades da sociedade civil. Esse plano, entretanto, não chegou a ser colocado efetivamente em prática em virtude do golpe militar, que desarticulou os núcleos que estavam sendo preparados para essa finalidade, sob a suspeita de que poderiam ameaçar a ordem então instalada (NATH, 2004, p. 16).

Apesar da repressão, os governos militares criaram o Movimento Nacional de Alfabetização (MOBRAL), cujas bases se assentavam nos princípios de Paulo Freire e que logo foi seguido pela criação do Ensino Supletivo, através da *Lei nº 5.692, de 1971*, voltado para a escolarização regular de adolescentes e adultos que não tivessem conseguido concluir os estudos na idade apropriada (LOPES E SOUSA, 2005, p. 76). Entre 1970 e 1980, os índices de letrismo a-funcional levantados pelos censos apontaram uma redução de 33,7% para 25,9% da população, abaixo dos objetivos iniciais desses projetos, fenômeno historicamente observado quando se trata de plano de governos para a implementação de políticas educacionais aos que vivem do trabalho. Após o movimento de redemocratização do país, a partir do início da década de 1980, a EJA sofreu diversas alterações. O MOBRAL foi extinto, dando lugar à Fundação EDUCAR. Em 1988, a Constituição Federal garantiu o ensino fundamental obrigatório e gratuito inclusive para jovens e adultos. No governo Collor, em 1990, com a finalidade de reduzir despesas, a Fundação EDUCAR foi extinta e a EJA foi gradualmente transferida para os Estados e Municípios.

Somente na segunda metade da década de 1990 a EJA volta a ser alvo de preocupação do Governo Federal. Em 1996 foi promulgada a *Lei nº 9394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB)*, com uma seção específica para a EJA e em 1997 foi criado o Programa de Alfabetização Solidária, uma organização não governamental, que em parceria com Estados, Municípios, empresas privadas e instituições de Ensino Superior oferece a formação de alfabetizadores e já atendeu mais de 5 milhões de alunos em todos o país (HADDAD e DI PIERRO, 2000). A partir de 2000, a responsabilidade pela EJA foi repassada para os municípios, através do Projeto de Escolarização de Jovens e Adultos, retornando, em 2003, à esfera federal, com a criação do programa Brasil Alfabetizado, que apoia projetos desenvolvidos por Estados, Municípios e ONGs para a alfabetização e formação de alfabetizadores em todo o país. Além das entidades governamentais, diversas empresas e instituições sociais passaram a desenvolver projetos de alfabetização e educação continuada para o público jovem e adultos, como forma de minimizar, via educação formal, as desigualdades sociais e melhorar os indicadores socioeconômicos dessa população.

Além do Alfabetização Solidária, que atualmente trabalha em parceria com 188 instituições de ensino superior (IES) e com 166 empresas privadas, destacam-se ainda os trabalhos da Fundação Banco do Brasil (BB Educar), que desde 1992 já alfabetizou mais de 350 mil pessoas em 17 unidades da Federação, inspirado nos fundamentos de Paulo Freire. Todavia, o Brasil ainda se configura como um país com elevado índice de letrismo a-funcional. Dos que se encontram nessa situação de letrismo a-funcional, em sua maioria são jovens e adultos pobres e negros. As políticas públicas voltadas para a EJA, até o presente momento não conseguiram eliminar essa problemática educacional. Ainda mais que nos últimos anos, tivemos uma redução no número de matrículas nessa modalidade conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Porcentagem de matrículas de Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental, integradas à Educação Profissional



Fonte: Observatório do PNE, 2018

É demonstrado a série histórica iniciando em 2007, onde não teve matrícula de EJA de Ensino Fundamental integradas à Educação Profissional, e que teve um crescimento contínuo entre os anos de 2009 e 2012, e nos demais anos demonstrou oscilação, chegando em 2017, dado mais atual apresentado, com 0,5% das matrículas, quase 12 mil alunos cursaram esse tipo de modalidade. Entretanto cabe ressaltar que essa quantidade está muito longe do cumprimento da meta, estabelecida no PNE, que é de oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional (OPNE, 2019). Diante da atual situação, pensar em uma proposta que implemente a EJA, de uma maneira célere e que oportunize a formação dos indivíduos nas mais diversas situações e realidades econômicas e sociais é fundamental. Considerando que dentre os principais fatores intervenientes nas diversas formas de evasão escolar, as dificuldades de conciliar trabalho e estudos presenciais, acrescido da questão logística, ambas impactantes nas dificuldades de manutenção e subsistência dos segmentos sociais que vivem do trabalho, condições estas apontada em diversos estudos como capitais para as famílias em que ambos pais igualmente estudaram pouco e têm que trabalhar, muitas vezes em situações precárias de renda e habitação, deixando os filhos sem o acompanhamento adequado das atividades escolares, levando assim aos reiterados fracassos escolares e posterior abandono definitivo no período adequado às suas faixas etárias, agravando assim o quadro de letrismo a-funcional, surge a necessidade da EJA por meio da Educação a Distância como uma possibilidade a ser construída.

**4 METODOLOGIA**

Tomando como base o procedimento recomendado por Parra Filho e Santos (1998, p. 97), “qualquer que seja o campo a ser pesquisado, sempre será necessária uma pesquisa bibliográfica, para se ter um conhecimento prévio do estágio em que se encontra o assunto”. Comum a essa afirmação, Oliveira (2004, p. 119) diz que “a Pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno”, assim, esse tipo de estudo se fundamenta em informações e dados para justificar ou não a existência de uma determinada hipótese. Diante disso nossa pesquisa enquadra-se de cunho bibliográfico. Nessa perspectiva, a problemática e os objetivos desse estudo, estão baseados em pesquisas já realizadas, sendo possível a interlocução com outras fontes já divulgadas, tendo como foco a solução do problema e o alcance dos objetivos propostos.

**5 ESTADO DA ARTE DA EJA A DISTÂNCIA**

Apesar da EJA surgir como uma possibilidade a ser implementada por meio da Educação a Distância, ao pesquisar sobre a temática se tem dificuldade de encontrá-las. Como reforço dessa afirmação, realizamos um levantamento bibliográfico por meio do método estado da arte ou estado do conhecimento, que tem como objetivo inventariar e descrever a produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2002).

Para estruturação desse levantamento, utilizou-se dos descritores: Educação de jovens e adultos a distância; e Educação de jovens e adultos EaD, buscou-se estudos dentro do recorte temporal de 2010 a 2019, nos repositórios Capes Periódicos e *Scientific Eletronic Library Online* (*Scielo)*. Justifica-se esse período, pois se busca pesquisas atuais, e a escolha dos repositórios foi em virtude do destaque e importância que ambos têm e por serem de livre acesso.

Obteve-se os seguintes resultados, no CAPES Periódicos: encontrou-se vinte e uma publicações, das quais dezesseis eram artigos científicos e as demais eram documentos de caráter não científico. Já no *Scientific Eletronic Library Online* (*Scielo)* foram identificadas cinco publicações, as quais todas eram artigos científicos. Contudo, os artigos encontrados em ambos repositórios, nenhum trabalhava a temática EJA EaD.

Os dezesseis artigos científicos levantados no CAPES Periódicos são: Uma breve revisão histórica do papel das videoaulas na EaD no brasil (Silveira, 2010); Educação a Distância: política pública essencial à educação brasileira (Clímaco, 2011); A política nacional de formação de professores entre 2005 e 2010: a nova capes e o sistema Universidade Aberta do Brasil (Costa e Duran, 2012); Caracterização socioeconômica dos agricultores familiares produtores e não produtores de mamão irrigado na agrovila canudos, Ceará Mirim - RN (Rebouças e Lima, 2013); Escolas radiofônicas do rio grande do norte: a memória, a narrativa e os retratos da época como uso didático (Assis, 2013); Possibilidades e desafios da educação física como componente curricular no processo de expansão regional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN (Souza Filho et. al, 2014); Avaliação dos docentes e futuros docentes, quanto ao conhecimento e utilização de mídias interativas nas práticas pedagógicas (Sousa e Egídio, 2016); Limites e possibilidades do ensino à distância (EaD) na educação permanente em saúde: revisão integrativa (Silva, et. al, 2015); Lei de cotas: uma avaliação das inscrições no instituto federal de minas gerais utilizando KDD (Dias e Bax, 2016); Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács (Borges, 2017); Interface entre a atenção primária e a secundária em odontologia no sistema único de saúde: uma revisão sistemática integrativa (Silva e Gottems, 2017); Repensando a evasão escolar: uma análise sobre o direito à educação no contexto amazônico (Silva Júnior, et. al, 2017); A política de controle do tabaco no brasil: um balanço de 30 anos (Portes, et al. 2018); Formação de professores da educação profissional: análise de produções acadêmicas (Vieira, 2018); O ensino de história na educação à distância (EAD): Novos caminhos para a aprendizagem online (Fabrício et. al, 2018).

Os cinco artigos identificados no *Scientific Eletronic Library Online* (*Scielo)* são: Desvendando o perfil dos gastos educacionais dos municípios brasileiros (Araújo, 2012); Inovações Tecnológicas e a Expansão do Ensino Superior no Brasil (Góes e Góes, 2012); Gênero e distância influenciam preditores de desempenho em nadadores jovens (Mezzaroba et. al, 2013); *Prevención del consumo problemático de drogas en la escuela: estrategia de formación docente en Argentina utilizando TIC (Camarotti et. al, 2013)*; *Caracterización de población con discapacidad visual, auditiva, de habla y motora para su vinculación a programas de pregrado a distancia de una universidad de Colombia* (Myrian et. al, 2018). Diante dos resultados obtidos, nota-se que apesar de ser um tema pungente no Sistema Educacional Brasileiro carece de pesquisa e estudos. Com isso, fortalece a importância do presente estudo.

**6 EJA A DISTÂNCIA A POSSIBILIDADE DE INSERÇÃO**

No Brasil, em 2017, a taxa de letrismo a-funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 7,0% (11,5 milhões de analfabetos), isso significa uma redução de 2%, ou seja, aproximadamente 330 mil pessoas, ao observarmos os dados de 2016 (IBGE, 2018). Apesar desse cenário, as taxas são altas para as idades mais avançadas, como demonstra o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Taxa de letrismo a-funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Diante do perfil do público alvo e de interesse do presente trabalho, População Economicamente Ativa – PEA, que já está inserido no mundo do trabalho, e com isso, precisa conciliar trabalho e estudo, pensar formas e recursos que facilitem esse processo é primordial. Nessa perspectiva a Educação a Distância tem surgindo como possibilidade, por dar autonomia ao educando para gerir seu processo de ensino-aprendizagem, por meio da flexibilização do tempo e fornecendo recursos tecnológicos para a comunicação e socialização do conhecimento entre docente e educando, e educando e docente. Além disso, conforme já mencionado anteriormente, o tempo gasto no traslado casa-trabalho-casa, com entretenimentos em aparelhos de comunicação móveis, pode ser igualmente utilizada como fonte de informações e conhecimentos, inclusive acadêmico-científicos. Assim, articular a EaD e EJA, surge como uma proposta a ser implementada.

A EJA por meio da modalidade EaD, está sendo utilizada como uma possibilidade, não apenas como uma busca de conhecimentos, mas no sentido de inserção e de intervenção que os jovens e adultos, que são alunos dessa proposta, podem promover na sociedade. Dessa maneira, a EJA EaD tem como principal desafio democratizar o acesso desses estudantes não só ao ensino e ao conhecimento gerado ao longo do tempo pela humanidade, mas em especial o acesso aos novos meios e recursos de aprender e ensinar estruturados pelas novas tecnologias, tais como: realidade aumentada, microlearning, comunicação por vídeo, celular e etc. Nessa perspectiva, essa modalidade de ensino tem sido adotada em diferentes contextos educacionais, e sendo aceita em proposta governamentais há alguns anos, tais como no Plano Nacional de Educação - PNE (BRASIL, 2010) e Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN`S (BRASIL, 1997). Tais ações, promovem uma aceitação desse tipo de formação tanto para docentes, quanto para os possíveis educandos. Com isso, impulsiona sua oferta a toda sociedade.

A EJA a distância, pode ser vista, então, como uma forma de melhorar o nível de escolaridade desses sujeitos jovens e adultos, promovendo assim, a melhoria da condição desses trabalhadores, além de produzir um impacto na produtividade e desenvolvimento social quando incluídos nas novas tecnologias da informação e comunicação. Dessa maneira, essa modalidade oportuniza ao indivíduo que realiza esse tipo de formação, a inclusão educacional e a inclusão tecnológica, inserindo com isso o indivíduo de uma forma mais igualitária na sociedade atual. Essa afirmação torna-se verdadeira, porque a EaD mostra-se como um veículo atraente e inovador, e ainda mais quando aliado a práticas de acessibilidade a alunos de diversas áreas do saber e contexto social. Possuindo como referência que a democracia digital é uma meta do sistema educacional brasileiro.

A Educação de Jovens e Adultos a distância significa, então, a possibilidade de articular no trabalho pedagógico, a realidade sociocultural dos estudantes, o desenvolvimento e os interesses específicos de cada educando, bem como os conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade, a qual todos têm direito de acesso, de acordo com as políticas fundamentais que democratizam o saber (SOUZA; FERNANDES; BARRETO, 2014, p. 11).

 Nesse sentido, necessariamente não precisamos nos ater somente a educação de jovens e adultos, mas a educação como um todo, pois o ciberespaço amplamente divulgado e de acesso facilitado implica no fortalecimento de práticas educacionais, visto que a educação é capaz de libertar no que se entende como liberdade para aprender. Este conhecimento não precisa ser necessariamente um conhecimento escolarizado, mas que busque envolver a dimensão da formação do ser autônomo, global, que aprende de forma contextualizada, integrada a seu tempo, às tecnologias, aos novos modelos de interação educacional, dotado de conhecimentos formalizados e institucionalizados. Por meio desse espectro, entendemos que a EJA EaD surge como uma ponte que liga aqueles que estão as margens da sociedade a sociedade atual, a qual valoriza as tecnologias de informação e comunicação e busca promover o avanço tecnológico. Assim, urge promover esse tipo de formação, para a melhoria do Sistema Educacional Brasileiro e da sociedade de uma maneira geral.

**5 CONCLUSÃO**

Apesar da evolução quantitativa apresentada pela Educação no Brasil nos últimos anos, as políticas oficiais ainda são insuficientes para atender à demanda qualitativa e para suprir as lacunas deixadas no passado. Os índices de letrismo a-funcional caíram, mas esses números não correspondem totalmente à realidade, uma vez que não incluem àqueles cidadãos que são analfabetos funcionais, ou seja, não possuem capacidade para utilizar os conhecimentos em seu cotidiano. De maneira geral, o problema da Educação é bastante complexo e envolve diversas frentes que precisam ser trabalhadas simultaneamente para que os resultados sejam eficazes. Um aluno que sai da escola sem ter aprendido o conteúdo mínimo que lhe foi transmitido é um sinal de alerta para professores de uma maneira geral, especificamente aqueles mal treinados ou sem recursos para executar um trabalho bem feito, material didático desatualizado, instalações inadequadas, currículos defasados ou distantes da realidade dos alunos, falta de motivação, etc.

A Educação de Jovens e Adultos é uma tentativa de resgate dessa parcela da população que não teve oportunidade de estudar no seu devido tempo e que no presente ainda possui obstáculos adicionais para poder concluir sua formação, como o trabalho, a família, o tempo escasso para se dedicar aos estudos, dentre tantos. Por esse motivo, deve-se oportunizar esse tipo de formação por meio da EaD, já que os perfis desses, são jovens e adultos inseridos no mundo do trabalho, e possuem uma experiência de vida que ultrapassa as limitações inerentes ao ensino infantil.

**REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, Raimundo Luiz Silva. Desvendando o perfil dos gastos educacionais dos municípios brasileiros. Educação & Sociedade, Dez 2012, Volume 33 Nº 121 Páginas 1215 – 1233.

ASSIS, Márcia Maria Alves de. Escolas Radiofônicas do Rio Grande do Norte: a memória, a narrativa e os retratos da época como uso didático. Bolema, Rio Claro (SP), v. 27, n. 46, p. 367-380, ago. 2013.

BATISTA, A. P.; SOUZA FILHO, M.; OLIVEIRA, I. P. B.; SOUZA, H. A. G. e MELO, J. P. Possibilidades E Desafios Da Educação Física Como Componente Curricular No Processo De Expansão Regional Do Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Rio Grande Do Norte – IFRN. HOLOS, Ano 30, Vol. 4, 2014.

BIARNÈS, Jean. Jeunes et adults en échec, mais encore! Education, Paris, vol. 24, mars/mai. 1996.

\_\_\_\_\_\_ Jean. Universalité, Diversité, sujet dans l’espace pédagogique. Paris: L’Harmattan, 1999.

BRASIL. Casa Civil. Decreto 5.478/2005. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm>. Acesso em 18 jul. 2019.

BRENNAND, Edna G. de Góes; BRENNAND, Eládio de Góes. Inovações Tecnológicas e a Expansão do Ensino Superior no Brasil. Revista Lusófona de Educação, 2012, Nº 21 Páginas 179 – 198.

BORGES, Liliam Faria Porto. Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács.

Revista Educação em Questão, Natal, v. 55, n. 45, p. 101-126, jul/set. 2017.

CAMAROTTI, Ana Clara; KORNBLIT, Ana Lía; DI LEO, Pablo Francisco. Prevención del consumo problemático de drogas en la escuela: estrategia de formación docente en Argentina utilizando TIC. Interface - Comunicação, Saúde, Educação Set 2013, Volume 17 Nº 46 Páginas 695 – 703.

CLÍMACO, João Carlos Teatini de Souza. Educação a Distância: política pública essencial à educação brasileira. RBPG, Brasília, supl. 1, v. 8, p. 15 - 28, 2011.

COSTA, Celso José da; DURAN, Maria Renata da Cruz. A Política Nacional de Formação de Professores entre 2005 e 2010: A Nova Capes e o Sistema Universidade Aberta Do Brasil.

RBPG, Brasília, V. 9, N. 16, P. 263 - 313, 2012.

DIAS, Márcio Teodoro; BAX, Marcello Peixoto. Lei de cotas: uma avaliação das inscrições no instituto federal de minas gerais utilizando KDD. Revista Eletrônica de Sistemas de Informação, v. 16, n. 1, jan-abr 2016.

FABRICIO, L. B.; SANTOS, S. L.; SANTO, J. A. E.; MOREIRA, L. R. O ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EAD): Novos caminhos para a aprendizagem online. HOLOS, Ano 34, Vol. 02, 2018.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As Pesquisas Denominadas “Estado Da Arte”. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf. Acesso em: a29 jul 2019.

GARCIA, Maurício et al. 5º Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional. São Paulo: Instituto Paulo Montenegro, 2005.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. Disponível em < http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07.pdf>. Acesso em 25 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Educação no Brasil. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/ educacao.html>. Acesso em 18 mar. 2019.

\_\_\_\_\_\_ . Analfabetismo cai em 2017, mas segue acima da meta para 2015. Disponível em < https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015>. Acesso em 18 mar. 2019.

\_\_\_\_\_\_ . PNAD Contínua Educação 2017. Disponível em < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576\_informativo.pdf>. Acesso em 18 mar. 2019.

\_\_\_\_\_\_ . Educação no Brasil. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/ educacao.html>. Acesso em 18 mar. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Mapa do Analfabetismo no Brasil. Brasília: MEC/INEP, 2003.

\_\_\_\_\_\_ . Censo da Educação Superior 2004 - Resumo Técnico. Brasília: 2005.

\_\_\_\_\_\_ . Estudo detalha situação do analfabetismo no País. Disponível em <http://inep.gov.br/artigo/-/asset\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/estudo-detalha situacao-do-analfabetismo-no-pais/21206>. Acesso em 18 mar. 2019.

INSTITUTO PAULO MOTENEGRO (IPM). Indicador de Analfabetismo Funcional. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1ez-6jrlrRRUm9JJ3MkwxEUffltjCTEI6/view>. Acesso em 18 mar. 2019.

LOPES, Selva Paraguassu; SOUSA, Luzia Silva. EJA: Uma Educação Possível ou Mera Utopia? Revista Alfabetização Solidária (Alfasol), vol. V, p. 75-80. set. 2005.

MEZZAROBA, Paulo Victor; PAPOTI, Marcelo; MACHADO, Fabiana Andrade. Gênero e distância influenciam preditores de desempenho em nadadores jovens. Motriz: Revista de Educação Física, Dez 2013, Volume 19 Nº 4 Páginas 730 – 736.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Secretaria de Ensino Fundamental. Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos: segundo segmento do ensino fundamental. Brasília: MEC, 2002

NATH, Margarete Aparecida. Alfabetização de Jovens e Adultos em Cascavel: Uma História em Construção. 2004. 75f. Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação). Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - Cascavel (PR), 2004.

OPNE, Observatório do PNE. EJA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. Disponível em <http://www.observatoriodopne.org.br/indicadores/metas/10-eja-integrada-a-educacao-profissional/indicadores>. Acesso em 20 abr. 2019

OLIVEIRA, S. L. Tratado de Metodologia Científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

PARRA FILHO, D.; SANTOS, J. A. Metodologia Científica. São Paulo: Futura, 1998.

PORTES, Leonardo Henriques; MACHADO, Cristiani Vieira; TURCI, Silvana Rubano Barretto; FIGUEIREDO, Valeska Carvalho; CAVALCANTE, Tânia Maria; COSTA e SILVA, Vera Luiza da. A Política de Controle do Tabaco no Brasil: um balanço de 30 anos. Ciência & Saúde Coletiva, 23(6):1837-1848, 2018.

REBOUÇAS, M. A.; LIMA, V. L. A. Caracterização Socioeconômica dos Agricultores Familiares Produtores e não Produtores de Mamão Irrigado na Agrovila Canudos, Ceará Mirim (RN). HOLOS, Ano 29, Vol 2. 2013.

RODRIGUES, Maria Emília; VITORETI, Jacqueline Maria Barbosa. Proeja dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia do estado de Goiás: práticas pedagógicas e formação continuada de professores. Educativa, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 253-282, jan./jun. 2014.

ROJAS-ROJAS, Luz Myrian; ARBOLEDA-TORO, Nestor; PINZÓN-JAIME, Leidy Johanna. Caracterización de población con discapacidad visual, auditiva, de habla y motora para su vinculación a programas de pregrado a distancia de una universidad de Colombia. Revista Electrónica Educare Abr 2018, Volume 22 Nº 1 Páginas 97 – 124.

SILVA, Adriane das Neves; SANTOS, Ana Maria Gualberto dos; CORTEZ, Elaine Antunes; CORDEIRO, Benedito Carlos. Limites e possibilidades do ensino à distância (EaD) na educação permanente em saúde: revisão integrativa. Ciência & Saúde Coletiva, 20(4):1099-1107, 2015.

SILVA, Helbert Eustáquio Cardoso da; GOTTEMS, Leila Bernarda Donato. Interface entre a Atenção Primária e a Secundária em odontologia no Sistema Único de Saúde: uma revisão sistemática integrativa. Ciência & Saúde Coletiva, 22(8):2645-2657, 2017.

Silva Júnior, A. S.; Francisco Junior, W. E.; Silva, J. C.; Silva; J. M. Repensando A Evasão Escolar: Uma Análise Sobre O Direito À Educação No Contexto Amazônico. HOLOS, Ano 33, Vol. 02. 2017.

SILVA, N. Da inadequação do termo analfabetismo: da necessidade de novos conceitos para a compreensão do ensino e aprendizagem da leitura e da escrita em Língua Portuguesa. Pátio. Revista Pedagógica (Porto Alegre), Rio Grande do Sul, v. 29, p. 44-46, 2004.

SILVEIRA, Ana Paula Kuczmynda da; DAGA, Aline Cassol; DONIZETH, Michelle; HACK, Josias; KRÜGER, Simone Lesnhak. Uma Breve Revisão Histórica Do Papel Das Videoaulas Na EaD No Brasil. Work. pap. linguíst., n.2.: 53-66, Florianópolis, 2010.

SOUSA, D. M. M. e EGÍDIO, I. V. Avaliação Dos Docentes E Futuros Docentes, Quanto Ao Conhecimento E Utilização De Mídias Interativas Nas Práticas Pedagógicas. HOLOS, Ano 32, Vol. 1. 2016.

SOUZA, Joyce Bezerra de; FERNANDES, Laedson Luiz; BARRETO, Magna Sales. Disponível em: https://www.fundaj.gov.br/images/stories/epepe/V\_EPEPE/EIXO\_10/JoyceBezerradeSouza-CO10.pdf. Acesso em: 12 jul. 2019.

VIEIRA, M. M. M. Formação de Professores da Educação Profissional: Análise de Produções Acadêmicas. HOLOS, Ano 34, Vol. 02, 2018.